

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço nº 002/2023

Pregão Eletrônico nº 003/2023

Aos 03 (três) dias do mês de julho de 2023, **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.980.376/0001-04, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, Sala 3, Bairro São Vicente, Itajaí/SC, neste ato representado por seu **Diretor Executivo, Senhor Jaylon Jander Cordeiro da Silva**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado na Rua Julião M. Neiva Lima, 409 Centro do Município de Penha – SC, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2023, Registrar Preço correspondentes ao item 01, vencido por **CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.415.385/0001-65, situada à Avenida Tamandaré, nº 230, sala 05, CEP: 87013-210 – Maringá – PR, neste ato representada pelo Sra. Rosana Maria Rodrigues Vieira, CPF: 025.884.029-33, Sócia Administrativa, Email: [milene@primelicitacoes.com.br](mailto:milene@primelicitacoes.com.br) Telefone (44) 3025-5576 doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024/19, Decreto nº 7.892/13 e no Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2023, em conformidade com as disposições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de agenciamento de viagens para o fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais e correlatos**, conforme especificações contidas no **ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2023**.

**1.2.** O **ÓRGÃO GERENCIADOR** e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** não se obrigam a adquirir do FORNECEDOR os itens relacionados, nem as quantidades indicadas no **ANEXO I – Termo de Referência** do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2023, podendo até realizar licitação específica para aquisição dos itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro de Preços vigente terá preferência em readequar seu preço ao novo lance de preço inferior ao seu, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

**2.1.** Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos FORNECEDORES vencedores da menor proposta são os que seguem:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA DE VALORES A SEREM ALOCADOS PARA A TOTALIDADE DA AQUISIÇÃO	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO POR PASSAGEM
1	01	un	Prestação de Serviços de Reserva, Emissão, Marcação, Cancelamento, Remarcação Seguro e Fornecimento de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais para o CIM-AMFRI com ou sem bagagem a ser despachada.	R\$ 750.000,00	60% (sessenta por cento)

**2.2.** Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade previstas no **EDITAL**, bem como, estar em conformidade com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os itens considerados inadequados ou não atenderem às exigibilidades, deverão ser recompostos.

**2.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

**2.4.** As contratações dos itens, ocorrerão conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

**2.5.** A contratação com o **FORNECEDOR** registrado será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de material ou Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

**3.1.** O órgão gerenciador e participante será o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI CIM-AMFRI

### **CLÁUSULA QUARTA – DA LICITAÇÃO**

**4.1.** Para realizar o Registro de Preço desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº. 03/2023, finalidade Registro de Preço, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos Federais nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, com aplicação subsidiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**4.2.** Para eficácia do presente instrumento, o **CONTRATANTE** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico, conforme Lei n. 8666/93.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

**5.1.** Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta **ATA**, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) EDITAL de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 e seus ANEXOS;**
- b) Proposta de Preços da FORNECEDORA.**

**5.2.** Os documentos referidos no item 3.1, são considerados suficientes para, em complemento a esta **ATA**, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

**6.1** O prazo de vigência deste Registro de Preço nesta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**6.2.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** não estão obrigados a adquirir os serviços referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO REGISTRADO**

**7.1.** Os preços propostos devem contemplar todos os custos, mão de obra agregada, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais e eventuais isenções), leis sociais, seguros, descontos, acréscimos de insalubridade e periculosidade, quando for o caso.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as necessárias negociações junto ao **FORNECEDOR**.

**8.2.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

**8.2.1.** Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerado o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

**8.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

**8.3.1.** Convocar o **FORNECEDOR** visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**8.3.2.** Frustrada a negociação, o **FORNECEDOR** será liberado do compromisso assumido;

**8.3.3.** Convocar os demais FORNECEDORES visando igual oportunidade de negociação.

**8.4.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

**8.4.1.** Consultar os demais FORNECEDORES que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo FORNECEDOR vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

**8.4.1.1.** Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro FORNECEDOR, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**8.4.1.2.** Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

**8.4.2.** Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

**8.5.** Não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**8.6.** Será possível a sub-rogação de direitos e obrigações do **FORNECEDOR**, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

**9.1.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas abaixo, ocorrerá por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e será formalizado por despacho do Diretor Executivo do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, ou por comissão delegada.

**9.2.** O **FORNECEDOR** terá seu registro cancelado a pedido deste quando:

**9.2.1.** Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências contidas da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou força maior.

**9.2.2.** O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

**9.3.3.** A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada a

Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

**9.3.** Por iniciativa da Administração, quando:

**9.3.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

**9.3.2.** Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório.

**9.3.3.** Por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas.

**9.3.4.** O **FORNECEDOR** não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços ou no Edital.

**9.3.5.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de fornecimento dos materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços.

**9.3.6.** Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

**9.3.7.** Incorrer em atraso decorrente de defasagem da entrega do item adjudicado, ocorrido em qualquer de suas etapas relativas ao recebimento do serviço, superior a 50% (cinquenta por cento) do prazo global.

**9.3.8.** Falir ou dissolver-se; ou

**9.3.9.** Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta ATA.

**9.3.10.** Em qualquer das hipóteses acima, concluso o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais FORNECEDORES a nova ordem de registro.

**9.4.** Os pedidos de cancelamento de valores registrados devem ser protocolados/encaminhados para a sede do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, não sendo conhecidos pedidos de cancelamento encaminhados por e-mail.

**9.5.** Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de materiais, constantes do registro de preços.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PAGAMENTOS**

**10.1.** O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE** em favor do **FORNECEDOR**.

**10.2.** O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 15 (quinze) dias após emissão da Nota Fiscal e comprovação da regularidade fiscal.

**a)** Não será aceito boleto bancário para pagamento;

**b)** Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

**10.3.** Deverá a **FORNECEDORA** enviar juntamente com a nota fiscal as CND's fiscais e trabalhista vigentes.

**10.4.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado, este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

**10.5.** Deverá constar no documento fiscal o número da licitação e da ata de registro de preço, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência Bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações.

**10.6.** Se forem constatados erros no documento fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimentos previstos, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.

**10.7.** O **ÓRGÃO PARTICIPANTE** reserva-se o direito de descontar do pagamento os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes no **EDITAL** e nesta **ATA**, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

**10.8.** Reserva-se também, o direito de somente efetuar o pagamento devido a **FORNECEDORA**, quando esta houver entregue os serviços conforme cláusulas contratuais.

**10.9.** Como condição para o recebimento, o **FORNECEDOR** deverá manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORNECIMENTO**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** aderentes, bem como pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**11.2.** O objeto da presente **ATA** deverá ser entregue conforme solicitação recebida, através de autorização formalizada pelo e-mail corporativo dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**11.2.1.** A entrega do serviço será de forma parcelada, conforme a necessidade de cada **ÓRGÃO PARTICIPANTES**.

**11.3.** O **FORNECEDOR** classificado ficará obrigado a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega do serviço ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

**11.3.1.** O prazo de entrega será conforme solicitação do requisitante, não podendo ultrapassar **06 (seis) HORAS**, contadas do recebimento da solicitação formalizada pelo e-mail corporativo dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**11.3.2.** Se o **FORNECEDOR** não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato aos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, por escrito, imediatamente, ao receber da ordem de fornecimento.

**11.3.3.** Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste Edital, se o **FORNECEDOR** não atender as ordens de fornecimento.

**11.4.** As despesas relativas à entrega dos serviços correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR**, detentor da Ata.

**11.5.** As viagens ocorrerão em datas e horários previamente agendados com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência. Podendo ocorrer em qualquer tempo durante o prazo de vigência do Registro da Ata, conforme as necessidades da instituição.

**11.6.** As viagens poderão ocorrer em qualquer dia da semana (inclusive sábados, domingos e feriados).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** As obrigações decorrentes do fornecimento dos itens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e o **FORNECEDOR**, serão formalizadas através de Pedido, contrato ou outro termo equivalente, observando-se as condições estabelecidas no **EDITAL**, na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e demais **ANEXOS** integrantes.

**12.2.** Na hipótese de o primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato e/ou pedido, no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, exceto o preço que será o de seu último lance ofertado, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**12.3.** Observados os critérios e condições estabelecidos no **EDITAL**, os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá comprar de mais de um detentor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo **CONTRATANTE**, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**13.1.** O **FORNECEDOR** deve possuir central de atendimento por meio telefônico e endereço eletrônico com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana.

**13.2.** O **FORNECEDOR** deve possuir sistema integrado às companhias aéreas/consolidadoras para cotação, reserva, emissão, alteração e cancelamento de bilhetes de passagem aérea.

**13.3.** O **FORNECEDOR** deverá providenciar a emissão de bilhetes fazendo uso, sempre que possível, do valor da tarifa mais econômica, seja ela básica ou promocional.

**13.4.** O **FORNECEDOR** deverá, obrigatoriamente, ofertar percentual de desconto na tarifa final, que abranja todas as linhas aéreas praticadas no território nacional e internacional.

**13.5.** O **FORNECEDOR** deverá fornecer, obrigatoriamente, todas as opções de bilhetes aéreos das Companhias Aéreas que apresentam preços mais vantajosos para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando a necessidade de dias e horários de embarque para os trechos pretendidos.

**13.6.** Por conveniência, oportunidade e interesse público, em nenhuma hipótese, será reduzido o percentual de desconto oferecido pelo **FORNECEDOR**, em razão da reserva/emissão dos bilhetes ser efetuada a preços promocionais e/ou com descontos ofertados pelas Companhias Aéreas.

**13.7.** Os descontos ofertados para os roteiros nacionais e internacionais serão calculados, tendo por base os preços publicados no Manual Único de Tarifas e Passagens, regulamentado pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (SNEA) e na International Air Transport Association (IATA);

**13.8.** O **FORNECEDOR** deverá comprovar orçamento em 03 (três) companhias aéreas (quando possível), propondo o percentual de desconto sobre o melhor preço;

**13.9.** Nos orçamentos que serão realizados pelo **FORNECEDOR**, estarão especificadas todas as despesas diretas e indiretas com a passagem, inclusive taxa de embarque, taxa DU/RAV, bagagem, quando for o caso.

**13.10.** O serviço de agenciamento de viagens é essencial para a atuação dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou **ÓRGÃO GERENCIADOR**, haja vista a sua atuação em diversos pontos do território nacional e internacional. Caso o fornecimento de passagens aéreas seja interrompido, haverá prejuízos às atividades rotineiras.

**13.11.** OS **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou **ÓRGÃO GERENCIADOR** reservam-se ao direito de definir datas e horários para embarques.

**13.12.** Havendo mudança de datas de saída, retorno ou no show, os valores referentes às diferenças de preço e multas serão de responsabilidade dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**13.13.** Após a solicitação de cotação via e-mail, o **FORNECEDOR** terá o prazo máximo de até 06 (seis) horas para encaminhar via e-mail as cotações.

**13.14.** A autorização para emissão de passagens se dará da seguinte forma: Com a autorização formalizada, através do e-mail corporativo dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou **ÓRGÃO GERENCIADOR**, após o envio das cotações pelo **FORNECEDOR**, não sendo necessário por parte dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o envio de O.S ou qualquer outro documento de solicitação para concluir a compra, bastando apenas o envio do e-mail em resposta à solicitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DA FORNECEDORA**

**14.1.** Firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação do artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e demais penalidades previstas no Edital.

**14.2.** Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**14.3.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**14.4.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

**14.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente aos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** ou **ÓRGÃO GERENCIADOR** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução

do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte dos **ÓRGÃOS**.

**14.6.** Responsabilizar-se também pela qualidade dos itens fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos serviços/produtos, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

**14.7.** Responsabilizar-se pelos recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, que incidam ou venham a incidir sobre os materiais, objeto contratual.

**14.8.** Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do faturamento, que impliquem em aumento de despesas ou perdas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

**15.1.** Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo e no processo licitatório.

**15.2.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos **ÓRGÃOS**.

**15.3.** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização dos **ÓRGÃOS**, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.

**15.4.** Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência dos **ÓRGÃOS**. No caso de subcontratação autorizada pelos **ÓRGÃOS**, o **FORNECEDOR** continuará a responder direta e exclusivamente pelo os produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

**15.5.** Arcar com todos os impostos, taxas, encargos, ônus e despesas relativas ao cumprimento da ATA. Serão considerados integrantes no valor da passagem, inclusive com o desconto proposto, todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), trabalhistas, tributários, comerciais, materiais, embalagens, fretes, seguros (exceto seguro de viagem), descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a prestação dos serviços, objeto desta licitação, excluída apenas as despesas com taxa de embarque/desembarque.

**15.6.** Fornecer caso solicitado pelos **ÓRGÃOS**, Certidões FISCAIS e TRABALHISTAS, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**15.7.** Cumprir, durante a execução do Contrato, todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes, a que houver dado causa.

**15.8.** Observar, no decorrer das contratações, decorrentes do Registro de Preços, os termos da Lei e regulamento pertinentes, previstos nesta Ata e no Edital de origem.

**15.9.** Manter efetivo controle sobre o saldo do objeto do **EDITAL** a fornecer por conta do registro de preço, visando dar garantias ao seu direito de paralisação do fornecimento, quando do seu esgotamento.

**15.10.** Comunicar por escrito aos **ÓRGÃOS**, toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução do Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS**

**16.1.** Rejeitar no todo ou em parte, os serviços que o **FORNECEDOR** prestar fora das especificações deste Termo.

**16.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante do **FORNECEDOR**.

**16.3.** Comunicar imediatamente a **FORNECEDORA** qualquer irregularidade manifestada na prestação dos serviços.

**16.4.** Aplicar penalidades ao **FORNECEDOR**, por descumprimento das condições estabelecidas neste Termo e no Edital e seus anexos.

**16.5.** Efetuar o pagamento ao **FORNECEDOR**, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

**16.6.** Notificar, por escrito, o **FORNECEDOR**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção.

**16.7.** Fiscalizar livremente a prestação dos serviços, não eximindo o **FORNECEDOR** de total responsabilidade quanto à prestação destes.

**16.8.** Ainda constituem obrigações dos **ÓRGÃOS**:

- a) Aplicar as sanções regulamentares e contratuais;
- b) Emitir Autorização de Compras via e-mail, para marcar o início do prazo para cumprimento das obrigações;
- c) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

**16.9.** Publicar extrato da Ata, na forma da Lei;

**16.10.** Dar o devido recebimento do objeto do contrato, através da unidade requisitante, após a devida análise e aprovação prévia;

**16.11.** Emitir as Ordens de Fornecimento devidamente enumeradas e nominais o **FORNECEDOR**, medida da necessidade dos itens.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** O **FORNECEDOR** que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o **CONTRATO**, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com os **ÓRGÃOS** e com os Municípios consorciados e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do **CONTRATO** e das demais cominações legais.

**17.2.** As sanções de que tratam o item 22.1, acima, serão aplicadas na forma abaixo:

- a) Deixar de entregar documentação exigida no certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta ficará impedido de licitar com os **ÓRGÃOS** por até 01 (um)

ano, concomitante com aplicação de multa de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta;

**b)** Falhar ou fraudar na prestação de serviço ficará impedido de licitar com os **ÓRGÃOS** pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos, concomitante com aplicação de multa de 15% (quinze por cento) calculado sobre o valor total da proposta;

**c)** Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, ficará impedido de licitar com os **ÓRGÃOS** pelo período de 02 (dois) até 05 (cinco) anos, concomitante com aplicação de multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor total da proposta.

**17.3.** Será garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, sem prejuízo das multas previstas no **EDITAL** e das demais cominações legais.

**17.4.** O atraso injustificado na execução do objeto do **CONTRATO** sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do **CONTRATO** por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do **CONTRATO**;

**c)** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do **CONTRATO**;

**d)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os **ÓRGÃOS**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**e)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

**17.5** A inexecução total ou parcial do objeto do **CONTRATO** sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do **CONTRATO** por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);

**c)** Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do **CONTRATO**;

**d)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**e)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

**17.6.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a)** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b)** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

3.1.1 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**17.7.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

**17.8.** A penalidade de multa:

- a)** Quando decorrente de fatos diversos, as multas serão consideradas independentes entre si.
- b)** Será descontada de pagamentos eventualmente devidos pelos **ÓRGÃOS**.
- c)** Pode ser aplicada em conjunto com as demais sanções (advertência, suspensão temporária, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade).

**17.9.** Se o **FORNECEDOR** convocada se recusar a assinar a **ATA** ou deixar de comparecer no prazo estabelecido para o mesmo fim, sem justificativa por escrito e aceita pela administração ou recusar-se a cumprir o objeto, injustificadamente, será convocada outro **FORNECEDOR**, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

- a)** A recusa injustificada do **FORNECEDOR** vencedora em assinar o **CONTRATO** ou retirar o documento equivalente, no prazo previsto neste **EDITAL**, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, nos termos do art. 81 da Lei nº 8.666/1993, exceto àquela convocada nos termos do art. 64, § 2º, da mesma lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

**17.10.** Se o **FORNECEDOR** convocada para assinar a **ATA**, não apresentar situação regular, no ato da assinatura, igualmente, serão aplicadas as regras previstas nos subitens 22.1 e 22.5, alínea “c”.

**17.11.** Além das sanções estabelecidas, a administração poderá recusar a prestação de serviço se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a seu critério, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores sem prejuízo das demais penalidades previstas neste **EDITAL**.

**17.12.** Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e a critério da administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

**17.13.** O **FORNECEDOR** que se declarar como ME/EPP para obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e não possuir tal condição ficará sujeito às sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

**17.14.** A decisão será comunicada por escrito o **FORNECEDOR**, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

**17.15.** Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa fornecedora estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente **EDITAL**.

**17.16.** A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da fatura, se for apresentada após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente do **FORNECEDOR**, se a fatura for insuficiente.

**17.17.** No caso de cobrança de multa diretamente o **FORNECEDOR**, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida prévia defesa.

**17.18.** Caso não seja recolhida o valor da multa no prazo estabelecido, o **FORNECEDOR** será inscrita em dívida ativa, sendo o valor executado judicialmente.

**17.19.** A incidência de multa poderá ser cumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que os **ÓRGÃOS** adotem as medidas judiciais cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**18.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1.** As despesas decorrentes das aquisições dos itens, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI.

**19.1.1.** O **ÓRGÃO PARTICIPANTE** quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária pertinente.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

**20.1.** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 06/2023- **CIM-AMFRI**, Pregão Eletrônico nº 03/2023, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – **CIM-AMFRI**, Órgão Gerenciador.

### **CLÁUSULA VISÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** A quantidade relacionada no ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2023 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

**21.2.** O **FORNECEDOR** signatário, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o **ÓRGÃO GERENCIADOS** e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

**21.3.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 10.024/19, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

**21.4.** Fica o **FORNECEDOR** ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, ou do futuro contrato ou Pedido.

**21.5.** A existência da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** não obriga o **CONTRATANTE** a firmar futuras solicitações.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO**

**22.1.** É competente o foro da Comarca de Itajaí/SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justos e avençados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para um só efeito.

Itajaí/SC, 03 de julho de 2023.

\_\_\_\_\_  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da  
Região da AMFRI – CIM-AMFRI

Jaylon Jander Cordeiro da Silva

Diretor Executivo

**ORGÃO GERENCIADOR**

\_\_\_\_\_  
**CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO  
LTDA ME**

Rosana Maria Rodrigues Vieira

**FORNECEDOR**

Testemunhas

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF: